

Políticas Públicas e Educação do Campo no Município de Dianópolis - TO

Luzani Cardoso Barros¹
Marcelo Lopes Justino²

Resumo:

A educação do campo foi historicamente relegada a segundo plano no contexto das políticas públicas. Esse fato pode ser verificado pela análise da legislação educacional brasileira e confirmado pela situação de carência nos aspectos infra-estruturais, pedagógicos, de recursos humanos e de materiais didáticos observados até o presente. O trabalho pretende compreender as políticas públicas implementadas na educação do campo no município de Dianópolis, localizado no sudeste tocantinense. Para tanto, utilizou-se como metodologia o estudo dos referenciais citados, aplicou-se questionários junto à Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis, além da busca de elementos por meio da observação in loco de algumas Unidades Escolares do referido município, o que possibilitou conversas informais com docentes e servidores do quadro administrativo e pedagógico dessas instituições. A análise indica alguns avanços e aponta desafios para que se efetive uma educação campestre que atenda aos anseios dessa população, promovendo um ensino e uma aprendizagem necessários, orientados para a promoção humana cujo significado seja a prática do direito à educação.

Palavras-chave: políticas públicas, educação do campo Dianópolis, ensino, aprendizagem.

¹ Graduada em Pedagogia com Habilitação nas Matérias Pedagógicas do Ensino Médio. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista CNPq. E-mail: lubarros4@yahoo.com.br.

² Graduado em História. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: mlopes_74@hotmail.com

Introdução

Nos anos 80 do século XX as discussões sobre políticas públicas se intensificaram no mundo, sobretudo nos Estados Unidos. Esse país passou a estudar as políticas baseado nas ações dos governos, desprendendo-se do costume europeu que valorizava o estudo sobre o Estado. Nessa perspectiva as políticas públicas passaram a ter um papel essencial nas decisões do Estado estimulando-o a desenvolver ações mais planejadas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e demais segmentos. Na América Latina, sobretudo no Brasil, essa realidade ainda é bastante lenta, inclusive no que se refere à educação oferecida em escolas da área rural.

A educação do campo, desde sua gênese até as experiências atuais constitui-se em temática ampla para discussão, considerando o pressuposto de que as políticas públicas de um modo geral, e especificamente as políticas educacionais são implementadas com o objetivo explícito de promover a elevação da qualidade de vida da população em todos os aspectos, e o âmbito científico integra essa totalidade.

Ao se analisar a história da educação do campo, observa-se muitas situações que revelam o descaso do poder público, inicialmente pela ausência de referência nos textos legais à educação que se pratica no campo e expresso ainda nas condições precárias dos prédios escolares (quando existem) ou de outros espaços destinados ao ensino da população campesina.

Além da estrutura física, há que se discutir a formação tanto inicial quanto continuada dos professores do campo, as condições de trabalho e demais requisitos necessários à manutenção do ensino (estrutura administrativa das escolas, existência de material didático, recursos tecnológicos, merenda e transporte escolar) que, em seu conjunto, contribuem para a efetiva aprendizagem.

Nesse sentido, o trabalho se dispõe a discutir a concepção de políticas públicas e de políticas públicas voltadas para a educação do campo ao longo de sua história, especificamente, implementadas nos últimos anos na área rural do município de Dianópolis.

Para a pesquisa utilizou-se de referenciais teóricos necessários à discussão, bem como de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Dianópolis como respostas a questionário aplicado junto a esse órgão; dados do Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) para monitoramento do desempenho acadêmico dos alunos da rede municipal de ensino e informações oriundas dos setores de Legislação e Recursos Humanos.

Ao se enfatizar as questões inerentes à educação do campo, certamente essa importante área de pesquisa se vê enriquecida pela discussão, podendo-se vislumbrar possíveis alternativas para as tomadas de decisão, a fim de se realizar na prática o que a

legislação já prevê para o campo, em que pese o funcionamento de escolas cujas condições físicas, materiais e de recursos humanos sejam favoráveis ao ensino e à aprendizagem; um currículo escolar abrangente e eficiente no sentido de possibilitar aos educandos a construção dos conhecimentos fundamentais a sua condição de cidadãos, o que envolve além de saberes práticos para o trabalho, concepções de mundo, consciência dos direitos e deveres entre outros; professores com formação inicial e continuada adequada para a docência nas escolas do campo e estímulo à formação de uma concepção da escola do campo como espaço no qual o saber sistematizado efetivamente é construído, ou seja, onde há ações efetivas do poder público voltadas para a educação.

Políticas Públicas e Educação do Campo

A política pública tem sua gênese nas academias norte-americanas, país onde ela nasce como disciplina e área do conhecimento no período pós Segunda Guerra. Seus estudos avançam em relação às tradições européias, pois as pesquisas nessa área se concentravam mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que nos planos dos governos, ao passo que nos EUA, ao inverso, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

O estudo das Políticas Públicas faz parte de várias áreas do conhecimento, no entanto, é no âmbito da Ciência Política que este ganha um grande destaque nas discussões teóricas, conforme demonstra Souza (2006) ao afirmar que nas últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

E, no que tange especificamente ao ato de avaliar uma política, para Schneider “o objetivo principal da avaliação e de outros tipos de pesquisa referentes a políticas é introduzir conhecimentos no processo de tomada de decisão com vistas a melhorar o desempenho do governo” (1986, p. 325), ou seja, o processo avaliativo deve viabilizar a tomada de decisões, sendo fundamental que as informações obtidas fundamentem e ou realimentem as ações governamentais.

Observa-se que vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro deles foi o equilíbrio no orçamento entre receita e despesa, o segundo está relacionado à nova visão do Estado, que se modifica de uma política keynesiana para uma política restrita aos gastos, e o terceiro fator, ligado à relação existente entre os países desenvolvidos e os que iniciaram a sua caminhada democrática recentemente, de um modo particular os países da América Latina, cujos contextos demonstram que ainda não

conseguiram administrar bem os seus recursos públicos e equacionar os bens em benefício de sua população, de modo a incluir os excluídos.

Sendo assim, a América Latina só obterá êxito em suas políticas quando

colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26).

A democracia é tema fundamental no que tange a adoção de políticas e jamais deverá ser um conjunto de palavras e promessas, muito menos um conjunto de ideários engavetados em gabinetes governamentais. Os pensamentos e ideais da população devem estar presentes nas políticas públicas e serem transformados em ações, metas e planos que os governos de todas as esferas (nacionais, estaduais ou municipais) deverão traçar para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, porque, conforme afirma Saravia (2006, p.29)

A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Dessa forma, as políticas públicas caminham no sentido de promover, no âmbito coletivo, benefícios capazes de propiciar o usufruto de produtos e serviços, sendo definidas como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA, 2006, p.28) ou ainda “como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em lei e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade” (HEIDEMANN, 2009, p.29).

Observa-se uma pluralidade de definições para o termo política ressaltando-se como ponto comum dessas o fato de serem geradas a partir de um processo decisório dos órgãos gestores e suas conseqüências recaírem sobre a sociedade. As políticas públicas planejadas em todas as áreas, revelam gradativamente um esforço no sentido de se melhorar as condições concretas de vida da população, o que pode ser verificado pelo “comprometimento de cerca de 21% do PIB com programas sociais públicos, principalmente

nas áreas de previdência social, benefícios a servidores, saúde, educação e cultura” (Draibe, 2000, p. 105).

No Brasil, conforme dados do Censo Escolar / 2010,

No ensino fundamental – da primeira à nona série regular e a educação de jovens e adultos - estão matriculados 31 milhões de alunos, sendo 16,7 milhões nos anos iniciais e 14,2 milhões nos anos finais. A educação de jovens e adultos tem 4.287.234 de matrículas; a educação indígena, 246.793; e nas áreas remanescente de quilombos, 210.485 estudantes estão matriculados (INEP).

Desses, um total de 246.999 estudantes são provenientes de escolas públicas tocaninenses, localizadas tanto na área urbana quanto em escolas do campo.

A análise especificamente sobre as políticas para a educação do campo evidencia que o Estado brasileiro, conforme seu processo histórico abordou essa temática como um componente recente da sua agenda de discussão política, fruto das demandas de grupos interessados, como os educadores que atuam nessa área. Isso remete à importância das etapas de composição da agenda e da tomada de decisão, fundamentais ao processo de formulação e execução de uma política pública.

Em se tratando especificamente da educação direcionada às comunidades do campo, verifica-se que as políticas públicas tenderam sempre à conservação das estruturas sociais, ou seja, os projetos e programas sempre foram executados sem a perspectiva de favorecer mudanças que fossem capazes de se refletir em transformações sociais efetivas.

Ao longo da história da educação brasileira, conforme salienta a Resolução CNE / CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002, se evidenciou o descaso com a educação rural por parte do poder público, haja vista a ausência de referências ao ensino para os moradores dessa área nos textos constitucionais de 1824 e 1891, considerando que todas as constituições brasileiras contemplaram a educação escolar. Conforme Sales,

somente a partir de 1920 (...) é que, pela primeira vez, se pensa a educação do campo. Entretanto, esse movimento, que envolveu políticos e educadores, não foi uma tomada de consciência do problema enfrentado pela população do campo, e sim uma visão político-ideológica, objetivando, acima de tudo, a manutenção do *status quo* (2010, p.196).

A Constituição de 1934 foi a primeira a incluir em seu texto a educação do campo, ao tratar da questão do financiamento, em seu artigo 156: “*Parágrafo único. Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.*” (Resolução CNE / CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002, p. 11).

Essa inclusão, fruto das discussões travadas na década de 1930 e do Manifesto dos Pioneiros da Educação (Cf. XAVIER, Libânia Nacif. Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002), abordou finalmente algumas questões da educação do campo para o debate político, porém, começou-se a perceber que há especificidades na educação campestre, o que requer ações políticas oriundas dessa percepção e conhecimento, a fim de que as necessidades desses povos sejam atendidas de modo satisfatório.

Na Constituição de 1937 a ênfase recai sobre a educação profissional, com vistas ao desenvolvimento da indústria nascente no Brasil. O artigo 132 do texto constitucional destaca a importância do trabalho no campo e nas oficinas para a juventude, expressando o auxílio estatal para iniciativas que estimulem o desenvolvimento desse tipo de trabalho. Observa-se nitidamente o caráter da ação escolar como preparação para o mercado de trabalho.

Já na Constituição de 1946 há um retrocesso com relação ao financiamento para a educação no meio rural, pois enquanto o texto de 1934 estabelecia percentuais para o Estado aplicar na educação desenvolvida no meio rural, por mais que se caracterizasse apenas em um esforço inicial para o que viria a ser na década de 1990 a proposta da educação do campo, no texto posterior essa responsabilidade foi transferida à iniciativa privada.

O texto constitucional de 1967 estabelecia a obrigatoriedade da oferta de ensino primário pelas empresas agrícolas e industriais a seus empregados e aos filhos desses. Esse fato também se repetiu em 1969, na emenda à Constituição de 1967, acrescentando-se a possibilidade da oferta do ensino pelas empresas diretamente, ou indiretamente mediante contribuição destas com o salário educação. Fica patente o estímulo do Estado à iniciativa privada no sentido de esta se responsabilizar pela educação.

Na Constituição de 1988 a educação é apresentada como dever do Estado e direito público subjetivo dos cidadãos, devendo ser efetivada por meio do ensino obrigatório na fase fundamental. Entretanto, a referência à educação rural somente se faz na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394 / 96, que no Art. 28 afirma:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A despeito da referência à educação destinada ao âmbito campesino, o texto da lei não esclarece quanto à localização dos prédios escolares (no espaço rural? Em escolas nucleadas localizadas na área urbana?), nem em como se darão as “adaptações”, qual a sua natureza – se de ordem pedagógica / curricular, na estrutura física, em relação aos recursos humanos e ou materiais ou outras – fato que redundará em reiteradas improvisações tanto no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, com a contratação de professores cuja formação não atende aos requisitos da série / ano em que atuam e / ou ainda em situações de escolas sem as condições infra-estruturais mínimas para o funcionamento.

Com isso o direito, a despeito do respaldo legal e do acesso à escola não é plenamente satisfeito, já que inexistem as condições mínimas para o desenvolvimento de uma ação educativa que atenda aos anseios da população do campo, isso porque

(...) os projetos destinados a esse meio não são pensados de forma nacional, mas ficam a cargo das administrações locais, uma vez que o ensino fundamental se torna responsabilidade do governo municipal e, via de regra, da sociedade civil. Essa idéia vai ser reforçada com a promulgação da LDB 9.394, de 1996, que prevê a autonomia dos municípios para criarem seus próprios sistemas de ensino, o que dará uma característica local ao planejamento e efetivação de políticas para a educação rural (NASCIMENTO, 2010, p. 198).

Diante das lacunas contidas na LDB 9.394 / 96, discutidas a partir de encontros dos educadores do campo, foi elaborada a Resolução CNE / CEB³ nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Com esse amparo legal buscou-se definir responsabilidades dos entes federados para assim garantir efetivamente a educação do campo, como explicita o Art. 6º:

O Poder Público, no cumprimento de suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Na prática observa-se que o “regime de colaboração” ainda se restringe aos convênios, nos quais a rede municipal de educação se responsabiliza pela oferta do ensino fundamental e a rede estadual realiza ações de monitoria, sem, no entanto, se fazer presente no decorrer do período de execução do programa ou projeto para acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.

³ CNE – Conselho Nacional de Educação / CEB – Câmara de Educação Básica

Quanto à expressão educação do campo, segundo Pinheiro⁴, “Educação do Campo passou a ser utilizada a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em 1998 em Luziânia – GO”. No entanto a questão da mudança substantiva de *rural* para “do campo” se revela na postura de todos os envolvidos, em que pese o poder público, os docentes, discentes e a sociedade em geral, pois

Talvez o maior desafio seja a apropriação do termo campo, pois não basta substituir a palavra rural no material pedagógico. Falar em Educação do Campo é colocar a escola de qualidade para além dos aspectos metodológicos. Será necessário trazer o protagonismo, em todas as dimensões e estruturas do fazer educativo, bem como implicar a escola com a produção da vida política, social, cultural e econômica. Significa dizer que deve haver comprometimento com a educação como um lugar de tensões, de tomada de posições, de conflitos (Hage; Rocha, 2010, p. 59).

No Plano Nacional de Educação (2001) a referência feita ao papel da escola rural como responsável pela qualificação, se explicita ao afirmar em sua introdução que

São necessários programas de formação permanente e continuada para os trabalhadores, visando ao seu aperfeiçoamento, requalificação e reconversão às novas ocupações que vão surgindo. Os treinamentos estreitamente ligados ao trabalho, para a adoção de novas tecnologias, são extremamente importantes, de forma especial para os trabalhadores rurais e os que vivem em periferias urbanas. (p.18)

O documento, traz ainda, na meta da segunda etapa da Educação Básica, o Ensino Fundamental, nos objetivos e metas, a meta de número vinte e cinco (25) cuja intenção é “prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio” (p.55). Passados dez (10) anos a análise permite concluir que a educação do campo não consiste nem numa educação profissional que habilite os cidadãos para o ingresso ao mundo do trabalho, nem uma formação ampla e capaz de construir um cidadão com conhecimentos e autonomia para transformar sua realidade.

Para a construção do novo PNE, as discussões municipais, regionais, estaduais e de âmbito nacional, foi elaborado o documento referência da CONAE⁵ - 2010 cujo Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, que no item 281 – III – Quanto à educação do campo (pp.107-109), trata os aspectos relativos à educação do campo de forma bem mais explícita que no documento anterior. É importante que a versão

⁴ PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. Acesso em: 08/11/2010. Disponível em: www.monografias.com.

⁵ Conferência Nacional de Educação – 2010.

final atenda às contribuições oriundas das discussões dos vários segmentos, numa indicação de que a educação destinada à população rural receberá um tratamento realmente adequado às demandas, tratando os diferentes em suas singularidades, e não realizando grotescas “adaptações” das condições de ensino da área urbana.

Conforme o exposto nota-se que a caminhada para o reconhecimento da educação no campo como um política pública não tem se constituído em tarefa simples, mas hoje pelo menos ela existe legalmente e está sendo implantada em grande parte do País e essa, é a realidade que vamos apresentar, vivenciada no sudeste do Tocantins, no município de Dianópolis, conforme a realização da pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário junto à Secretaria Municipal de Educação, entrevista a duas professoras da rede municipal de ensino desse município e pesquisa documental (informações contidas no Regimento Escolar Municipal, no Planejamento Estratégico da Secretaria, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Dianópolis), o que será demonstrado a seguir.

O Contexto da Educação do Campo no Sudeste Tocantinense

A rede municipal de ensino do município de Dianópolis – TO possui atualmente um total de dezessete (17) Unidades Escolares, sendo doze (12) localizadas na área rural e cinco (05) na área urbana.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis / Censo 2010, informados pelo Setor de Inspeção, estavam matriculados um total de 1647 alunos, dos quais 591 estudam em escolas da área rural e 1056 em estabelecimentos da área urbana.

O município atende aos educandos que frequentam classes da Educação Infantil, destinadas à faixa etária compreendida dos 03 aos 05 anos de idade, e do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), para os alunos da faixa etária de 06 a 14 anos.

Em relação ao atendimento escolar, observam-se alguns aspectos peculiares a Dianópolis. O primeiro a destacar é a quantidade de escolas da área rural, um número duas vezes superior ao da área urbana. Entretanto, ao se analisar os dados relativos às matrículas observa-se um quantitativo menor de alunos atendidos nas escolas do campo, porém espalhados por diversas localidades do município. Dessa forma, têm-se escolas que funcionam com até oito (alunos).

Com relação aos servidores para as escolas de zona rural, o Regimento Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis prevê no Art. 49, XXVII, §1º “os docentes lotados para trabalharem nas escolas de zona rural que não possuem estrutura administrativa e pedagógica, os mesmos realizarão as funções de Diretor, Coordenador

Pedagógico e Secretário Escolar. Quando necessário exercerão funções de Auxiliares de Serviços Gerais e Merendeiras”.

Quanto à estrutura física das escolas rurais, o município possui desde prédios escolares novos, construídos para sediarem escolas, contando com alguns dos padrões mínimos definidos para escolas (tamanho apropriado das salas, espaço para laboratório de informática, quadra esportiva, cantina dentre outras dependências), até escolas com estrutura inadequada para funcionamento, com salas de aula pequenas, sem bloco administrativo (secretaria, diretoria), com espaço para cantina pequeno e dividido ainda para funcionar como almoxarifado. Há até uma escola que no ano 2010 funcionou com oito (08) alunos cujo funcionamento se dá na residência da professora, fato que ocasiona transtornos diversos, conforme relata a docente M. D. M. de M. em entrevista concedida em 28 de janeiro de 2011 quando questionada em relação ao funcionamento dessa escola:

a minha (*referindo-se à escola*) é a única que funciona em residência, na minha casa no caso e a situação são enes fatores que, ..., são e, ..., ai meu Deus, que..., ai gente, ... que impossibilitam a construção da escola. São documentos, são terrenos, são ... boa vontade também, acho que não só dos moradores, né, então, do poder público também às vezes. Então eu não sei bem identificar qual é mesmo o problema de não construir a escola pra gente, pra gente tá trabalhando, né, enquanto que tem alunos que tá vindo estudar na cidade, tumultuando o ônibus, né, o ônibus tá superlotado, o ônibus da rota, que deveria estar estudando lá, né, então tem algo que tem que ser feito. Tá vindo pra cidade, causando problema pro, pro transporte escolar.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Ensino de Dianópolis a inexistência do prédio escolar se deve à morosidade para doação do terreno (localizado em área de assentamento, sendo, portanto, do INCRA), à Prefeitura Municipal de Dianópolis.

Com relação à formação inicial dos docentes, segundo os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Ensino de Dianópolis, dos cento e três (103) professores em atividade nessa rede municipal de ensino, trinta (30), ou seja, 29% do total ainda não possuem curso de graduação. Desse total, dezoito (18), o equivalente a 60% dos não graduados atuam na área rural e doze (12), isto é, 40% trabalham em escolas da área urbanas. Dentre os professores que possuem apenas o nível médio, nove (09) estão cursando a graduação, dos quais seis (06) ou 67% atuam na área rural e três (03), ou 33% realizam suas atividades em escolas urbanas.

De modo similar à situação descrita nas Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, esses docentes em sua maioria não residem na área rural e almejam trabalhar nas escolas urbanas, fato que gera uma rotatividade no quadro funcional das escolas rurais e um notório prejuízo ao trabalho desenvolvido como um todo. No intuito de estimular a permanência dos docentes e assim organizar um quadro estável no campo, o

PCCS⁶ aprovado pelo município de Dianópolis em 30 de dezembro de 2009, prevê em seu Art. 47 “Aos Profissionais da Educação lotados na zona rural será devido um Auxílio Permanência, no percentual de 10% (dez por cento), calculado sobre a remuneração da sua categoria”.

As iniciativas de formação continuada para os docentes da área rural são realizadas pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, que busca parceria de outros órgãos, dentre os quais a Diretoria Regional de Ensino. Para a professora A. C. de S., em entrevista concedida em 27 de janeiro de 2011, ao se referir à formação continuada organizada pela Secretaria Municipal, afirma

Eu acredito que ainda não é satisfatória em questão do tempo, fica sempre achando que o tempo não foi suficiente. Eu, particularmente, eu sou insatisfeita com a questão do tempo. Eu acredito que deveria ter mais tempo pra gente tá estudando, porque são temáticas de grande relevância, muito importante, e ainda sente, a gente sente que há a necessidade de aprofundar mais. Mas as formações tem sido muito boas, os temas trabalhados tem sido de grande relevância e nós, como professores temos crescido muito. As formações continuada elas vem de encontro com as nossas necessidades, vem sempre pra inovar, ainda que a gente já viu a mesma coisa, mas pra mim é um grande aprendizado e pra muitos dos colegas que a gente participa junto eu vejo dessa forma, eles falam desse jeito, que vem embasar, vem é, dá um novo ânimo pra gente, uma nova perspectiva e como direcionar um bom trabalho de ensino-aprendizagem.

Observa-se assim que ainda são tímidas as ações voltadas especificamente para a educação rural, consistindo mais em reuniões para acompanhamento das ações realizadas nas escolas e relato de dificuldades encontradas pelos professores no desenvolvimento do trabalho e encontros organizados pela Secretaria Municipal de Educação onde são trabalhados conteúdos considerados importantes para a prática em sala de aula.

Nas Unidades Escolares onde há somente um professor e funcionam várias séries, as escolas multisseriadas, desde o ano 2008 foi assinado um convênio de cooperação Nº entre a Prefeitura Municipal de Dianópolis e a Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Tocantins para funcionamento do Programa Escola Ativa, estratégia metodológica do Ministério da Educação voltada para as classes multisseriadas.

Inicialmente, o Programa foi implantado em caráter experimental em duas escolas situadas próximo à sede do município, com relatos entusiasmados dos professores quanto à expectativa pelos resultados. Entretanto, os materiais didáticos e outros recursos constantes da proposta e divulgados no encontro de formação dos professores, cuja distribuição é realizada pelo MEC, não chegaram em tempo hábil – e alguns não chegaram até o final do primeiro ano de aplicação da metodologia – ocasionando uma frustração em todos os

⁶ Lei Nº 1.132 / 2009: Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Dianópolis – TO.

envolvidos. Além disso, o acompanhamento do supervisor às escolas, para acompanhar e orientar os docentes, cuja periodicidade deveria ser no mínimo quinzenal, foi inviabilizado – com justificativas como falta de transporte e ou de combustível para o veículo -, bem como também não foi possível a vinda dos professores para encontros na sede do município.

As iniciativas para o Ensino Médio para as populações do campo, pelo menos no que se refere ao sudeste do Tocantins ainda são incipientes, sendo que no município de Dianópolis há oferta de Ensino Médio somente na Escola Municipal Reunida Santana, localizada no Povoado Boa Sorte. Essa modalidade é ofertada pela rede estadual de ensino, desde o ano 2007 e funciona no prédio da escola municipal, utiliza a metodologia do Programa Direito de Aprender, sendo que o município oferece o espaço físico, transporte escolar para deslocamento dos professores, além do alojamento. A esfera estadual é responsável pelo pagamento dos salários, contratação e formação dos professores e fornecimento de material didático e tecnológico.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos, no ano de 2009, foram criadas turmas de alfabetização nos povoados de Contagem e Gleba Olho d'Água numa ação do Programa Brasil Alfabetizado, sendo acompanhadas pela rede estadual de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se buscar a compreensão das ações implementadas no âmbito da educação do campo no município de Dianópolis, a partir da análise do processo de construção da educação do campo, verifica-se que ainda há muito a avançar no sentido de efetivar o direito à instrução formal nas escolas da área rural.

É notória a existência de algumas conquistas como a construção e ou reforma de alguns prédios escolares, o que melhora a estrutura física; os acompanhamentos pedagógicos realizados pela equipe da Secretaria Municipal para apoiar o trabalho dos docentes; as parcerias entre o município e a esfera estadual para oportunizar novas concepções de trabalho para a escola do campo a partir da ótica dos povos que lá residem e o incentivo para a composição de um quadro mais estável nessas escolas.

Entretanto há muitos desafios a serem vencidos, tais como a realização de encontros de docentes que atuam nas escolas da área rural para a troca de experiência com maior frequência; a adequação da estrutura física de todas as escolas do campo; a existência de servidores lotados para as diversas atividades (suporte pedagógico, administrativo e de serviços gerais) em todas as escolas; materiais didáticos e pedagógicos adequados e suficientes para alunos e professores (além dos espaços como bibliotecas, laboratórios de informática, quadra de esportes); criação, como prevê o documento da CONAE 2010, de um

setor específico na Secretaria Municipal de Educação para o atendimento, debate e acompanhamento das demandas das escolas do campo, o que, no caso específico de Dianópolis, se justifica até pelo fator quantitativo, pelo fato de o município atender a mais escolas da área rural do que a unidades urbanas.

Para tanto é necessário o conhecimento e observação pelos agentes tanto governamentais quanto pelos docentes das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituídas em 2002, porque a prática dessas viabilizará a efetividade da educação do campo na área rural brasileira e dianopolina.

Referências

A. C. de S. *Entrevista realizada com professora A. C. de S. concedida a Luzani Cardoso Barros*. Dianópolis, 27 de janeiro de 2011.

ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica C. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. *Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica / Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

DRAIBE, Sônia M. Cap. 3: As políticas sociais nos anos 1990. pp. 101-142. In: Brasil: uma década em transição. BAUMANN, Renato (org.). Editora Campus / CEPAL, 2000. O arquivo que enviei para o Marcelo em 16/02 estava com a referência incompleta. Essa está ok.

HAGE, Salomão Mufarrej; ROCHA, Maria Isabel Antunes – (orgs). *Escola de direito: reinventando a escola multisseriada*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora da UnB, 2009.

Lei Nº 1.132 / 2009 – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Dianópolis – (PCCR), de 30 de dezembro de 2009.

M. D. M. de M. *Entrevista realizada com professora M. D. M. de M. concedida a Luzani Cardoso Barros*. Dianópolis, 28 de janeiro de 2011.

MARX, Karl. *A ideologia alemã* / Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Clássicos).

MEC. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Resolução Nº 1, de 3 de abril de 2002.

_____. CONAE 2010. *Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Referência.*

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Lei n.º 9.394/96, MEC.

MOCHOCOVIATCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola.* São Paulo: Ática, 2001, 80 p.

NASCIMENTO, C. G. (org.). *Versos e reversos da educação: das políticas às pedagogias alternativas.* Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010, 227 p.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; Nascimento, Manoel Nelito Matheus. *A escola pública: Considerações a partir da Divisão Social do Trabalho.* In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.34, p.223-233, jun.2009 - ISSN: 1676-2584. Acesso em: 11/10/2010. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/art15_34.pdf.

PEREIRA, Potyara A. P. *Política social: temas & questões.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. *A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.* Acesso em: 08/11/2010. Disponível em: www.monografias.com.

Plano Nacional de Educação. Câmara dos Deputados. Brasília, 2001.

Regimento Escolar. Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis – TO. 2007.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas* (Coletânea de Políticas Públicas). Brasília, ENAP, 2006. 2 volumes.

SCHNEIDER, Anne Larason. *The Evolution of a Policy Orientation for Evaluation Research: A Guide to Practice*, in: *Public Administration Review*, v. 46, n. 4, p. 356-363, 1986. Trad.: Francisco G. Heiddemann, Esag / UDESC: *Pesquisa avaliativa e melhoria da decisão política: evolução histórica e guia prático.*

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura.* Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>

http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news10_04.htm. Acesso em: 20/01/2011.